

# 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura

## Ata da 120.<sup>a</sup> Sessão Ordinária

Realizada em 11 Agosto de 1971 — (4.<sup>a</sup>-Feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora regimental, é registada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aginaldo Pereira Lima, Avaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fuet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Vilanueva (44); achando-se ausentes os srs. Deputados Cândido Martins de Oliveira, David Federman e João Fadel (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente, declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte:

### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Sob o n. 88-71 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver, em data de 22 do mês próximo passado, sancionado o Projeto de Lei n. 51-71:

Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazú Medici, o qual, convertido em Lei, tomou o n. 6.208. — Agradeça-se.

Sob os ns. 85 e 86-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei ns.: 104-70:

Do Senhor Ex-Deputado Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município

de Arapongas, com jurisdição em Arapongas e Sabáudia, e dá outras providências. — A CCJ.

52-70:

Do Senhor Deputado Armando Queiroz de Moraes, que autoriza o Poder Executivo a criar o Ginásio Estadual no Distrito de Malu, Município de Terra Boa, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A CCJ.

103-70:

Do Senhor Deputado Paulo Poli, que cria uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Mamborê, com jurisdição nos Municípios de Ubatã, Campina da Lagoa, Nova Cantu, Janiópolis, e Boa Esperança e dá outras providências. — A CCJ.

Sob o n. 615-71 do Senhor Cássio Bittencourt Macedo, Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, prestando informações em atenção ao requerimento do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. — Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n. 42-71, do Senhor Antonio Fecchio, encarregado do Cartório Eleitoral da 88.ª Zona da Comarca de Cianorte, enviando Boletim Estatístico do eleitorado daquela zona referente ao mês de julho do ano em curso. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 643-71 do Senhor Cássio Bittencourt Macedo, Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, prestando informações em atenção ao requerimento do Senhor Deputado Maurício Fruct. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n. 644-71 do Senhor Cássio Bittencourt Macedo, Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, prestando esclarecimentos em atenção ao requerimento do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n. 645-71 do Senhor Cássio Bittencourt Macedo, Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, prestando informações em atenção ao requerimento do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n. 646-71 do Senhor Cássio Bittencourt Macedo, Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, prestando informações em atenção ao requerimento dos Senhores Deputados Antônio Belinatti, Maurício Fruct e Quilse Crisóstomo da Silva. — Ao conhecimento dos Senhores Deputados interessados.

Sob o n. 3559 do Senhor Paulo Soares Cintra, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, encaminhando a esta Casa, a publicação do discurso pronunciado na 269.ª Sessão Ordinária de 21 de maio último, pelo vereador David Roysen. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 3.487 do Senhor Paulo Soares Cintra, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, encaminhando a esta Casa, publicação do discurso pronunciado na 276.ª Sessão Ordinária, de 11 de junho último, pelo Vereador Vetado Integralmente os Projetos de Lei ns.: 104-70. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Ramon Sanches, Presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundários, comunicando a eleição e posse da nova Diretoria daquela Entidade. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Do Senhor Lauro de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão do Estado do Paraná, comunicando a eleição e posse da nova Diretoria daquele Sindicato. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Do Senhor Adealmo Ferri, Presidente do Sindicato Rural de Coronel Vivida, comunicando a eleição e posse da nova Diretoria daquele Sindicato. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo requerem a inserção em Ata, de um voto de rejúrio pelo aniversário do Município de Prudentópolis, que transcorrerá amanhã, dia 12. Pede-se também, a designação de uma comissão para apresentar a Assembléia nos festejos comemorativos daquele aniversário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1971.

(aa) — João Mansur, Antônio Lopes Júnior e Marciano Baraniuk

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que se estude a possibilidade de regularizar a situação de grande número de servidores que ora se encontram prestando seus serviços nessa Secretaria, há mais de 5 anos, sem qualquer garantia.

Atualmente, além de estarem com os seus vencimentos atrasados desde o mês de março do corrente ano, não percebem abono de família, bem como estão sem qualquer assistência médica ou social; daí o apelo para que sejam regularmente nomeadas ou então contratadas, segundo as leis trabalhistas em vigor.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1971.

(a) — Domicio Scaramella

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Haroldo Leon Peres, Digníssimo Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Laufran Villanueva, Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, no sentido de que acolham o dispositivo constitucional que prevê a assistência hospitalar gratuita aos servidores do Estado, determinando a sua regulamentação.

Esta solicitação reside no fato de que, prevista nas duas últimas Constituições do Estado, ainda não está sendo cumprida pelo Instituto de Previdência do Estado, gerando, em consequência, intranquilidade e angústia para seus associados que necessitam de internamento hospitalar, visto que em razão dos vencimentos não acompanharem a elevação do custo de vida, qualquer iniciativa naquele sentido está custando uma verdadeira fortuna.

Assim, por não poder arcar com as despesas (o IPE paga 70% quando o paciente é funcionário e 50% quando se trata de dependente), o interessado vai protelando indefinidamente operações cirúrgicas urgentes, por vezes fatais para o restabelecimento, fator esse que não ocorrerá se o dispositivo Constitucional for atendido, a exemplo do INPS, pois o funcionário sabe que, ao sair do Hospital, curado não não, não terá o espectro da dívida que certamente teria que contrair para pagamento das respectivas despesas.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1971.

(a — Álvaro Dias.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Arapongas de há muito que vinha ocupando posição destacada no Estado, no setor da saúde pública.

A Unidade Sanitária de Arapongas, magnificamente dirigida, com real apoio da Secretaria de Saúde Pública, conseguiu fazer daquele próspero Município um dos vanguardeiros do Estado em vacinações. Convém lembrar que, antes disso, aquela comuna sofreu surtos terríveis de paralisia infantil, constituindo-se um foco avassalador da insidiosa moléstia.

Daí a preocupação de que o nível atingido não mude. E até melhor, se possível.

Ocorre, porém, que há mais ou menos seis meses que o antigo posto de saúde vem se ressentindo da falta de vacinas Sabin, contra a poliomielite.

Normalmente, aquela Unidade recebia de 1.200 a 1.300 doses de vacinas por mês. Em 1971, tal número decresceu para 370 doses, em janeiro; 667, em fevereiro e 584, em março. A partir daí, até o presente, nada mais recebeu; nenhuma dose de vacina Sabin. Nos meses de abril e maio, por exemplo, a fim de poder ministrar as segunda e terceira doses, as autoridades locais se viram forçadas a tomar emprestadas de Apucarana, para aquele mês, 691 doses e para este, 414 vacinas. Além disso, por falta de vacina, foram registrados dois casos de paralisia infantil no Município. Por fim, ressalta que não há vacina Sabin à venda nas farmácias: só ao Estado cabe fornecê-las.

Por outro lado, cumpre relevar que o Município de Arapongas propiciou à receita estadual, em 1969, segundo os mais recentes dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, a ponderável soma de Cr\$ 6.763.986,00, que corresponde a mais de 20% da despesa realizada no mesmo ano pela Secretaria de Saúde Pública, cujo total atingiu a Cr\$ 28.324.122,00.

Em razão do exposto, pede que, com aprovação do Plenário, seja requerido do Exmo. Sr. Dr. Secretário de Saúde Pública, se digne Sua Excelência a ordenar as providências urgentes e necessárias no sentido do envio de vacinas Sabin à Unidade Sanitária de Arapongas, a fim de que as vacinações sejam reiniciadas, e colocada a infância daquele Município ao abrigo de tão grave mal.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1971.

(a) — Muggiati Filho.

PROJETOS DE LEI:

#### PROJETO DE LEI N. 159-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Distrito de São Cristóvão, Município de União da Vitória, um curso ginasial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1971.

(a) Domicio Scaramella

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente Projeto de Lei dar melhores condições de educação à população de São Cristóvão, vasto e industrial Distrito de União da Vitória, com uma população estudantil superior a 300 alunos em época de cursar o ginásio.

A medida proposta, por outro lado, visa colaborar com as famílias que residem no referido Distrito, no sentido de melhorar seus orçamentos domésticos, pois as crianças que desejam ingressar no ginásio, têm que se deslocar para outros centros, o que, invariavelmente, onera aqueles orçamentos.

Em face de tais razões, apresentamos a presente Proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

#### PROJETO DE LEI N. 160-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga Nova Esperança a Cianorte, passando por Florai, São Carlos do Ivaí, Japurá e São Tomé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1971.

(a) — **Basilio Zanusso**

**JUSTIFICATIVA:**

Desnecessário se faz dizer que a região pela qual passa a estrada objeto do presente Plano de Lei, é uma das mais ricas e florescentes do Estado.

O seu crescimento, por outro lado, está a exigir uma via de escoamento capaz de dar vazão à sua grande produção de cereais e café, colaborando, desta forma, com a grandeza e com a economia do Estado.

Em face de tais razões, apresentamos o presente Projeto à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável acatamento e final aprovação.

**PROJETO DE LEI N. 161-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria dos Negócios da Agricultura, uma Escola Agrícola no Município de Palmital.

Art. 2.º — O Poder Executivo fica autorizado, também, a realizar convênio com a Prefeitura Municipal, no sentido da doação do terreno para esse fim.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1971.

(a) — **Nivaldo Krüger**

**JUSTIFICATIVA:**

O ensino técnico constitui hoje uma das metas principais do Governo Federal, objetivando a fixação, no local, da mão-de-obra especializada. O Governo do Paraná deverá, no mesmo sentido, fixar a sua diretriz educacional. Palmital, no Oeste paranaense, é um Município eminentemente agrícola. As suas escolas devem, por conseguinte, obedecer ao padrão econômico da comunidade. Uma escola agrícola viria atender aos reclamos de sua população e, ao mesmo tempo, formar contingentes de trabalhadores especializados, que dariam maior rentabilidade e produtividade àquelas terras.

**PROJETO DE LEI N. 162-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através da Secretaria da Agricultura, uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul.

Art. 2.º — Para o cumprimento do artigo anterior, será consignado no Orçamento Geral do Estado, verba para esse fim.

Art. 3.º — O Poder Executivo fica autorizado a realizar convênios com a Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, objetivando a doação de terras para esse fim, e outras providências que se fizerem necessárias.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1971.

(a) — **Nivaldo Krüger**

**PROJETO DE LEI N. 163-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município e Pitanga.

Art. 2.º — O Governo do Estado consignará na Lei de Meios, dotação destinada ao cumprimento do artigo anterior.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

#### JUSTIFICATIVA:

Santa Maria é um progressista Distrito do Município de Pitanga. A sua população vem crescendo vertiginosamente, assim como a sua economia. Contudo, apesar desse progresso, o Distrito se ressentia da falta de um Ginásio Estadual, que possa dar à sua juventude os ensinamentos necessários àquele ciclo. Daí a razão desse Projeto que visa atender a um dos maiores reclamos de sua população.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Sem qualquer sentido de crítica, mas desejando estabelecer a verdade sobre um problema controvertido e que tem, nos últimos dias, merecido destaque de determinados órgãos de divulgação da imprensa de nosso Estado, estive, há poucos instantes em meu Gabinete, o sr. Prefeito Municipal de Pato Branco para prestar informações que, desta tribuna, desejo transmitir à Casa para conhecimento dos srs. Deputados.

A imprensa da Capital, "O Estado do Paraná", "Tribuna do Paraná" e o Canal de Televisão TV-Iguaçu, nas edições da semana próxima passada e na edição de ontem informaram, inveridicamente, que o atual Governador inaugurou, em Pato Branco, com muita promoção, uma unidade escolar, de treze dependências, construídas no bairro Salomoni.

A afirmação daqueles órgãos era no sentido de que a obra teria sido construída na administração anterior, o que não é verdade. A referida unidade escolar é consequência de um Convênio entre a Fundepar e o Prefeito Municipal; ela foi construída sob a administração da Prefeitura Municipal nas seguintes condições: Convênio inicial no valor de 60 mil cruzeiros, com aditivo contratual de 20 mil cruzeiros, totalizando a quota parte da Fundepar o valor de 80 mil cruzeiros, pago da seguinte forma:

18 mil cruzeiros do Governo anterior; 38 mil cruzeiros liberados e pagos em 6.6.71 pelo atual Governo do Estado, saldo de 24 mil já processados na FUNDEPAR, pronto para pagamento, com ordem a ser liberada ainda durante este mês em curso.

Para que não se afirme também erroneamente que a referida construção estaria concluída ainda no Governo passado, acompanham declarações da Inspeção Regional de Ensino de Pato Branco onde se afirma para os devidos fins, que o Grupo Escolar construído na cidade de Pato Branco, no bairro de Salomoni, em convênio com a Prefeitura Municipal, foi concluído em junho do corrente ano com condições de financiamento a partir de então. Procederam-se as matrículas a partir de 9 de agosto de 71 sendo que as aulas no referido estabelecimento terão início no próximo dia 16 do corrente. O Corpo Docente está sendo estruturado por esta Inspeção, para posterior remessa à Prefeitura Municipal, a qual firmou convênio com a FUNDEPAR. Anexo também, o edital da Inspeção Regional de Ensino, comunicando às interessadas que estão abertas as matrículas do Grupo Escolar. Para que determinada imprensa ou para que os srs. Deputados, divorciados dos problemas do Sudoeste, representantes da região Norte do Estado, não decidam mais por esta Tribuna com afirmações que possam comprometer o trabalho de um Governo que está preocupado em administrar, concluindo também obras iniciadas na administração anterior, não se importando em colher os louros da administração.

A este Governo cabe, é verdade, aplicar recursos do plano de obras por ele idealizados, mas este plano de obras figurava as conclusões de todas as obras iniciadas no Governo anterior. É assim que deve proceder o Governo. Razão pela qual, o reparo que fiz da Tribuna. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Gostaria de deixar consignado em Ata dos trabalhos desta sessão, Projeto de Lei apresentado à Câmara dos Deputados recentemente pelo companheiro do MDB e ex-Deputado desta Casa, representante da região de Maringá, refiro-me ao deputado Sílvio Barros, liberando a menores, entre 14 e 18, a contribuição ao INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) mediante verificação da frequência escolar, estabelecendo outros privilégios.

O Projeto de Lei, de autoria do deputado Sílvio de Barros, como podemos imaginar, é de mais alta importância, e virá por certo resolver problemas muito sérios existentes em Curitiba, no Paraná e em todo o Brasil. Nós nos referimos aos menores abandonados, ao menor abandonado, sem recursos. Este Projeto foi inspirado num trabalho realizado em Curitiba pelo Departamento Especializado da Sociedade Socorro aos Necessitados. E o próprio Dr. Manoel de Oliveira Melo, Curador de Menores, preocupado com as condições dos estudantes que diariamente aportam à Capital do Estado, manteve entendimentos com as altas autoridades do INPS, e, notadamente, com o Ministro do Trabalho na época, o atual, Ministro da Educação, Professor Jarbas Passarinho, e na ocasião foi formado um convênio liberando os menores de 14 e 18 de contribuírem com o INPS. Como decorrência deste fato, conseguiu obter a Sociedade Socorro aos Necessitados condição para que 300 alunos, com seu próprio trabalho custeassem seus estudos. Por aí se nota a importância social do Projeto de Lei apresentado pelo Sr. Sílvio Barros e requereria verbalmente, se assim fosse possível, que a manifestação fosse em forma de ofício, enviado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ontem já viemos à tribuna para reforçar o apelo no sentido de que seja efetuado, pelo Governo do Estado, o pagamento das zeladoras contratadas do Interior, que só receberam, até agora, no ano de 71, no mês de agosto, um salário e hoje aqui estamos para um apelo semelhante, mais um apelo ao Sr. Leon Peres, para que S. Exa. proceda, através do Instituto de Assistência ao Menor, o pagamento aos funcionários do Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha. E o Orfanato aqui de Curitiba, que conta com 230 crianças internadas, para 22 funcionários que prestam serviços de assistência às crianças que estão protegidas no Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Cada funcionária maior de idade recebe um minguado salário de 180 cruzeiros por mês. Além do salário ser insignificante, ainda é descontado de cada funcionária, a importância de 22 cruzeiros por mês para o pagamento do almôço que elas utilizam do Educandário, porque prestam serviço durante o dia todo e têm que almoçar na própria Instituição, abatendo-se os 22 cruzeiros, mais um desconto que é efetuado cada funcionária recebe 150 cruzeiros por mês. Para uma pessoa que vive numa cidade como Curitiba, onde o custo de vida é um dos mais altos do Brasil, onde geralmente a pessoa tem que se servir de dois ônibus para chegar ao local de trabalho, onde o aluguel de casa também é muito alto em relação ao baixo poder aquisitivo do povo curitibano. Nós vamos encontrar então, — é raciocínio lógi-

co e natural, que uma pessoa percebendo apenas 150 cruzeiros por mês, é um salário que, inevitavelmente, não dá melhores condições de vida para a pessoa que habita, principalmente o solo curitibano.

Mas, se não bastasse o insignificante dêste salário, vemos ainda a demora no pagamento. Estão já há quase 4 meses sem receber o pagamento. É interessante e lamentável, que na atual conjuntura paranaense, quanto mais humilde o servidor, parece que mais tempo o Governo leva para pagar. Esta gente que deveria ser mais prontamente paga; porque quem ganha menos é exatamente quem mais necessita; ainda que seja pouco o dinheiro. Porém, no Paraná, o Governo está adotando esta atitude anti-cristã, pagando primeiro aqueles que são de nível superior e deixando para depois, essas pessoas com salários ínfimos, que não são pagas nem mesmo com o próprio salário mínimo e ainda têm que ficar 3 ou 4 meses para receber uma importância tão miserável como esta.

É nosso apêlo ao Governo, através do seu brilhante líder deputado João Mansur, para que proceda o pagamento dêsses funcionários dessa instituição de caridade, o Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha, para que aqueles 22 funcionários, que têm que pagar até o almoço, possam eles, ser contemplados com um salário que não dá para levar uma vida confortável mas pelo menos dá para pagar um pouco das contas que, normalmente, estas pessoas têm. Recebem o pagamento, pagam um pouco do que devem e fica sempre um pouco para o mês seguinte.

Aqui fica nosso apêlo e temos certeza que o Sr. Líder do Governo, que sempre tem dispensado toda atenção a essas solicitações que não são de caráter político, de caráter partidário, mas são apenas movidas pelo sentimento de todos nós que integramos esta Casa de leis.

E por último, queremos apelar ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Paraná, em Curitiba, pois já entrou em funcionamento o Serviço de Rádio Patrulha, efetuado pelos soldados da Polícia Militar — é uma boa medida, porque temos um excelente contingente militar em todo o Paraná. Poderemos usar êstes soldados, patrulhando as ruas, através dos carros da Rádio Patrulha, ou por sistema que futuramente venha a ser adotado. Como já está em vigor o Serviço de Rádio-Patrulhas, feito pela Polícia Militar, para quem sabe, banir os marginais que tomaram conta de Curitiba nos últimos tempos, e como no interior do Paraná a situação é a mesma, pois diariamente se toma conhecimento, através de noticiários, de relatos de casos de assalto, sugerimos que a medida seja estendida também no Interior. Fazemos votos de que êste serviço seja estendido também para o Interior paranaense, para que o povo possa ter mais segurança e tranqüilidade em todas as comunidades do nosso Setentrão paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O que me traz à Tribuna no Pequeno Expediente, é simples aqui para nós, mas de alta responsabilidade no que diz respeito às rodovias do Paraná.

Temos conhecimento que de sexta-feira até o dia de ontem, oito cadáveres foram encontrados na Estrada do Café, em consequência de colisões. Isto, sr. Presidente e srs. Deputados, está atingindo a responsabilidade da Polícia Rodoviária, pois a mesma tem por obrigação a fiscalização do trânsito, mas não possui viaturas.

Temos o primeiro Pôsto de Polícia Rodoviária na saída de Curitiba, mas lá não se encontra nenhum guincho. O que acontece é que ficam os veículos jogados em cima da pista, sendo necessário comunicar o DER em Curitiba para mandar o guincho. Enquanto isto se passam algumas horas, às vezes acontecendo, em consequência disto, outros desastres, como tive a oportunidade de verificar sexta-feira no km 53 da Estrada do Café.



Ontem pela manhã verificamos entre a Serra do Cadeado e a Serra dos Mulatos uma colisão entre um Volkswagen e um caminhão carreta de propriedade do IBC. Na colisão explodiram os veículos, morrendo queimado o motorista do Volkswagen e incendiando-se os dois carros.

É lamentável, porque neste trecho de Apucarana a Ponta Grossa não se encontra um soldado da Polícia Rodoviária, não se encontra uma fiscalização sequer. O pior é quando a safra de café está em pleno movimento de transportes para o Porto de Paranaguá, através do qual se espera que cresça quatro vezes mais a exportação deste Estado e dos Estados vizinhos.

O trecho de estrada não comporta mais este transporte pesado, nem de carros pequenos, pois o movimento aumenta dia a dia e a Polícia sem condições de fiscalizar.

Disse que viria à tribuna ajudar, caso o Governo tivesse necessidade e o faço pelo bem do Estado e do povo do Paraná. Crítico na hora dos erros, mas crítico construtivamente.

Sr. Presidente, oportunamente entrarei com um requerimento pedindo um guincho para o 1.º Posto de Polícia Rodoviária e também uma fiscalização mecanizada no trecho entre Ponta Grossa e Apucarana. Ali muitos desastres acontecem, como o caso do sacerdote de Bandeirantes, que o deputado Xenofonte Villanueva teve oportunidade de observar, que ficou com o carro em cima do corpo por quatro horas, a Polícia não chegava e talvez o ferido ainda tivesse condições de ser salvo. E assim, infelizmente, perdeu-se um representante de Deus, um sacerdote de Bandeirantes.

Vou apresentar um requerimento à Casa e peço o apoio dos srs. Deputados, para que seja providenciado um guincho para o 1.º Posto Rodoviário e uma Patrulha Rodoviária mecanizada entre Ponta Grossa e Apucarana, um dos trechos de maior movimento de nosso Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Em 1965, por iniciativa do então Prefeito Municipal, dr. Ivo Arzua Pereira, a Câmara Municipal de Curitiba votou o Plano Diretor de nossa Capital.

Aquêle Plano Diretor previa a implantação de um anel de tráfego lento na periferia do centro, a ser implantado pelo IPPUC.

A regulamentação foi feita de tal forma que os Prefeitos Municipais que sucederam Ivo Arzua Pereira não tiveram coragem de implantar o referido anel de tráfego, eis que o mesmo prejudica sensivelmente a população de Curitiba, no que diz respeito a sua locomoção por transporte coletivo.

Ivo Arzua Pereira, Ayr José, Omar Sabbag, nenhum teve coragem de implantar o referido anel. E agora, segundo notícia a imprensa, esse anel será implantado pelo atual Prefeito, egresso dos quadros do IPPUC.

E é nesta oportunidade, que queremos, através desta tribuna, lançar um apelo aos srs. Vereadores para que, com o Sr. Prefeito Municipal reexaminem o problema, porque não é possível que se transforme a Rua XV numa rua com parquímetro, para cobrar estacionamento. Não é possível que o desvario e o sonho de grandeza, de alguns arquitetos do IPPUC, venha a prejudicar a população curitibana.

Todos estão lembrados que, quando a Rua XV foi alargada, prejudicou sensivelmente os comerciantes que ficaram com seu fundo de comércio completamente desvalorizado em consequência daquele alargamento. Mas procedeu-se aquêle alargamento para que se desafogasse o centro da Cidade.

E, hoje, vem o IPPUC, exatamente, fechar a Rua XV, ao tráfego, para ali se plante flores, para que ali se cobre o estacionamento de veículos, para que aquela rua seja idêntica à Calle Flores, de Buenos Aires.

E é contra isso que nos rebelamos, para que se perpetue isso contra Curitiba.

O segundo assunto que queremos fazer referência, é que o Sr. Secretário da Fazenda, resolveu, através de portaria, permitir o lançamento do imposto devido por lançamento de mercadoria, por estimativa.

Esse é, realmente, um sistema que beneficiou o Governo que precisa, naturalmente, contar com a arrecadação para dar prosseguimento ao seu plano de obras públicas. É uma medida que não prejudica o comerciante porque ele tem que pagar o ICM, de qualquer maneira.

Todavia, o que nos deixou curioso, é que essa portaria, estabelece uma premissa que, caso o comerciante venha a recolher uma importância menor do que a devida, terá que complementá-la quinze dias após, impreterivelmente.

E, ao contrário, o que recolher a mais, ser-lhe-á devolvido, mas não dá o prazo.

Não acredito que o Sr. Secretário da Fazenda com seu estôfo moral, um homem que pertenceu à equipe do professor Delfin Neto queira cometer uma vigarice contra os contribuintes. Acho que se se estabelecer o prazo para se recolher a diferença paga a menos, tem que se estabelecer igual prazo para que a fazenda devolva o que foi recolhido a mais, pela estimativa.

Nós vamos estudar melhor o assunto e voltaremos ao mesmo, através de um requerimento dirigido ao sr. Secretário da Fazenda. E por falar em Fazenda, por falar em fiscalização, quero deixar aqui um recado...

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto.

O SR. ERONDY SILVERIO — Neste minuto eu termino, concluo meu pensamento. Agradeço o desvelo com que V. Exa. está cuidando dos meus cinco minutos.

Nesta oportunidade quero mandar um recado ao atual chefe do Departamento de Rendas Internas, Capitão Ernesto Krüger Batista, com os agradecimentos de duas firmas revendedoras de automóveis de Curitiba, que semanalmente são visitadas por uma equipe volante. Essa equipe volante não deixa mais o pessoal dessas duas firmas trabalhar, porque toda semana ela fiscaliza até o leite, a marca do leite que mamam os diretores daquelas duas organizações.

Quero deixar, em nome dessas duas firmas, os agradecimentos, porque estão sendo lembradas pelo Governador, mas, apesar dessa fiscalização intensíssima, o que se apurou contra essas firmas, é que elas têm a haver dos cofres públicos, porque recolheram a mais.

Lamento que igual desvelo, igual cuidado não tenha o atual chefe do Departamento de Rendas Internas, capitão Ernesto Krüger Batista, com os participantes da operação Alvorada, aquela célebre operação Alvorada, que sabemos quanta marmelada se cometeu ali. Sabemos os que participaram da referida marmelada. É preciso que o Capitão Ernesto Krüger Batista tenha o mesmo cuidado com aqueles que hoje, aliás, ocupam posição de proa, posição de relêvo no Departamento de Rendas Internas do Estado.

Aqui ficam os agradecimentos das duas revendas de uma marca nacional ao sr. Ernesto Krüger Batista, e as recomendações para que ele também não esqueça a célebre operação Alvorada.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há já algum tempo diversos srs. Deputados têm vindo a esta Tribuna para analisar problemas ligados à Secretaria de Segurança do Estado. Aqui se fizeram muitas críticas, aqui se falou com muita intensidade sobre o

problema do aumento de criminalidade, não só na Capital como também no interior do Estado. Falou-se da maneira alarmante do crescimento do número de bandidos e assaltantes que praticavam toda série de desatinos, toda série de desmandos, sem que a Secretaria tornasse providências para coibir.

No entanto, os jornais de hoje alardeiam, publicam e relatam que nossa Polícia Militar organizou novo corpo, que tem como finalidade, como objetivo, policiar com mais intensidade e mais técnica nossa cidade. É o corpo rádio-motorizado da Polícia Militar que iniciou seus trabalhos ontem.

É o Serviço de Rádio Patrulha colocado à disposição da população da cidade. É uma medida de alto alcance do Governo, medida de sábia orientação do Sr. Secretário de Segurança que, atento aos problemas da cidade, perfeitamente conhecedor desses problemas elaborou, planejou e está pondo em execução serviço de real valor e de real melhoria no atendimento deste problema que foi objeto de tantos discursos e críticas desta Tribuna.

Daí porque, já que somente foram feitas críticas e no instante em que a cidade recebe os melhoramentos ninguém aqui veio para exaltar e para agradecer em nome da população, aqui me encontro, nesta Tribuna, para endereçar congratulações e parabéns ao Secretário de Segurança, para endereçar congratulações ao Governador do Estado, e a todas as demais autoridades, inclusive o Comando da Polícia Militar, cuja segurança da cidade encontra-se em suas mãos.

É bem verdade que é dever do Poder Público cuidar bem disto, mas não se pode deixar de reconhecer e admitir que um grande passo foi dado, e por isto merece o Governo os parabéns que no momento endereçamos. Obrigado! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Ovídio Franzoni, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constantes dos Expediente. Necessitam de apoioamento. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 237-70, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município de Maringá, para proceder a pavimentação asfáltica do trecho entre a Avenida Brasil e a Rodovia PR-13. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 21-71, que declara de Utilidade Pública, a Associação Brasileira e Mulheres Médicas — Seção do Paraná, com sede e fóro nesta Capital. — **Aprovado.**

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 192-70, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Branca Fernandes" um dos Estabelecimentos de Ensino de Maringá. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31-71, de autoria do dep Fabiano Braga Côrtes, que concede a Cidadania Honorária do Paraná, ao Professor Doutor H. C. Hermann Mathias Goergen. — Parecer favorável da C.C.J. — COM SUBSTITUTIVO — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 31-71

A Assembléia Legislativa do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedida a cidadania honorária do Paraná, ao Professor Doutor H. C. Hermann Mathias Goergen.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1971.

a) Dep. Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

Tendo fugido da Alemanha, ao tempo da ascensão de Adolph Hitler ao Poder, o Professor Goergen asilou-se no Brasil, onde permaneceu por longos anos, lecionando inclusive em Faculdades brasileiros. Aprendeu o idioma português, que fala fluentemente. Permaneceu no Brasil até o fim da guerra mundial, retornando à sua Pátria para reassumir importantes cargos na administração pública da República Federal da Alemanha. Desde então, tornou-se um verdadeiro representante diplomático do Brasil em seu país, carreando através do seu prestígio, todo o tipo de ajuda possível para o nosso país. Em todos os setores de nossas atividades sócio-econômicas, onde a ajuda da Alemanha Federal se fez presente, podemos constatar a participação efetiva do Professor Goergen. Aqui no Paraná são inúmeros os empreendimentos de caráter social, religioso e econômico que receberam a atenção especial do nosso proposto. Os laços de amizade teuto-brasileira se fortaleceram e continuam a se fortalecer, mais ainda, graças à atuação dinâmica do Professor Goergen junto ao Governo alemão. Manteve durante dez anos a responsabilidade da eleição dos Cadernos Teuto-Brasileiros, defendendo e difundindo a posição do Brasil em todos os campos. Ainda agora permanece como verdadeiro baluarte na defesa dos nossos interesses, quando nossa imagem no exterior é deturpada. O Paraná tem merecido do Professor Goergen desmedidas atenções. Em função do seu trabalho pelo Paraná, a nossa Universidade Federal concedeu-lhe o título de Doutor Honoris Causa e a Câmara Municipal de Curitiba outorgou-lhe o título de cidadão curitibano.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15-71, ex-proposição n.º 58-71 — oriunda da Mensagem Governamental n.º 20-71, — encaminhando cópia de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União através do Ministério dos Transportes, visando construção, transferência de acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná. (Ligaça Apucarana-Ponta Grossa) — Parecer favorável da C.C.J.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15-71

SÚMULA: "Aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União, através do Ministério dos Transportes, visando a construção, transferência do acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná (Ligaça Direta Apucarana-Ponta Grossa)".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Aprovar os termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Governo da União, através do Ministério dos Transportes, em 23 de julho de 1971, visando a construção, transferência do acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná (Ligaça Direta Apucarana-Ponta Grossa), na forma que dispõe o art. 22, inciso VII, da Constituição Estadual.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Acyr José

Arthur de Souza

Odilon Reinhardt

Armando Queiroz

**MENSAGEM:**

20-71

Curitiba, 30 de julho de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 23 de julho de 1971, entre o Governo do Estado do Paraná e o Convênio da União, através do Ministério dos Transportes, visando a construção, transferência do acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná (Ligação Direta Apucarana-Ponta Grossa).

Referido acôrdo originou-se de disposição contida no Artigo 6.º da Lei n.º 6.134, parte final, que condicionou a eficácia plena do ato de empréstimo de que cogita o Artigo 1.º da mesma Lei, à aprovação por esse Legislativo dos termos de Convênio que se viesse a celebrar entre a União e o Estado, visando ao ressarcimento, por aquela, de todos os recursos que, em decorrência da reafirmada Lei autorizativa, fossem ou viessem a ser aplicados na aludida ligação ferroviária.

Com esse propósito foram, entre partes, acertadas condições que são as constantes do instrumento incluso, para cujos termos se solicita a superior aprovação do Poder presidido por Vossa Excelência.

O interesse público, que justifica o acolhimento da medida concretizada pelo Executivo, transparece claro dos termos do tratado em anexo.

Assim, pois, senhor Presidente, em se tratando de matéria cuja procedência essa Colenda Casa teve já ocasião de apreciar, aguarda-se o acolhimento do objeto da presente mensagem que versa sobre aspectos complementares e formais da proposição originariamente aprovada, consubstanciados na Lei n.º 6.134-70.

Certo de que a medida proposta merecerá dêsse Egrégio Legislativo o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

**M. T. DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO**

Térmo do Convênio que entre si fazem o Governo do Estado do Paraná e o Governo da União, através do Ministério dos Transportes, visando a construção, transferência do acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná (Ligação Direta Apucarana-Ponta Grossa).

Aos vinte e três (23) dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e um (1.971), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, compareceram de um lado, o Coronel Mário David Andreazza, Ministro dos Transportes, como representante do Governo Federal, e do outro, o Senhor Haroldo Leon Perez, Governador do Estado do Paraná, devidamente autorizado pela Assembleia Legislativa do Estado (Lei Estadual n.º 6.134-70), para firmar instrumento nos termos do artigo 47, item IX, da Constituição Estadual, com a intervenção do Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF).

representado pelo seu Diretor Geral, Engenheiro Horácio Madureira, da Rede Ferroviária Federal S/A. (RFFSA), representada pelo General Antônio Adolfo Manta, o da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná, representada pelo Engenheiro Armando Robert, comprometendo-se os convenientes nas obrigações inseridas neste instrumento, na forma abaixo:

## CLAUSULA PRIMEIRA

### 1 — Do Objeto

1.1 — O presente Convênio tem por objeto a construção da ferrovia Apucarana-Ponta Grossa, numa extensão aproximada de 330 quilômetros, com esforços conjugados do Governo do Estado e do Governo Federal, bem como a transferência a este de todo o acervo Ferroviário construído e na indenização, pela União, ao Estado das despesas suportadas na realização do empreendimento.

1.2 — Todos os ônus da construção ficarão sob o encargo e desempenho do Governo Estadual, entendendo-se como compromisso do Governo Federal a participação dos recursos do investimento na medida e proporção do que for convencionado e a aplicação das dotações específicas que forem consignadas no seu Orçamento e destinadas ao empreendimento.

1.3 — O Governo Federal indenizará ao Governo do Estado do Paraná, como ressarcimento e na ordem prevista, as seguintes parcelas:

- a) o empréstimo de US\$ 24.000.000,00, objeto do Convênio firmado em 28 de outubro de 1963, entre a União e o Estado do Paraná;
- b) o empréstimo de US\$ 40.000.000,00, que ora é tomado para a conclusão da obra e que as insere como objeto do presente pacto;
- c) a parcela de Cr\$ 100.000.000,00, a que se refere a cláusula segunda do (item 2.1, letra c).

1.4 — O cumprimento das obrigações da amortização dos financiamentos e de ressarcimento de quaisquer parcelas, pela União, fica subordinada ao andamento e à conclusão da obra, no prazo previsto neste Convênio ou em seus aditamentos, podendo ser denunciado o presente ajuste sempre que qualquer obstáculo impedir esse resultado.

1.5 — A realização do empreendimento deve comportar-se obrigatoriamente dentro da previsão financeira constante da tabela anexa, aceitando-se, entretanto, uma variação máxima de 17% sobre o orçamento fixado.

1.6 — Nenhuma parcela de aplicação diversa do investimento ora convencionado ou de eventuais perdas e danos ocorrentes ao Governo do Estado do Paraná se incluirá na indenização a ser paga pela União.

## CLAUSULA SEGUNDA

### 2 — Das Obrigações do Governo do Estado do Paraná.

2.1 — Compete ao Governo do Estado do Paraná:

- a) a construção integral de ligação direta entre Apucarana e Ponta Grossa, obedecendo, para tanto, ao seu projeto, às especificações, à supervisão e ao controle do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, independentemente da fiscalização das exigências e de outras funções da Rede Ferroviária Federal S/A. (RFFSA) e da Comissão Especial da Estrada de Ferro Central do Paraná;
- b) a aplicação na obra de todos os recursos especiais cobertos por dotações orçamentárias estaduais e ou federais, e que forem mobilizados por financiamentos internos ou externos;
- c) a destinação da importância de Cr\$ 100.000.000,00 para os investimentos previstos na obra, mediante consignação própria do orçamento estadual;
- d) a observância dos cronogramas ou de qualquer programação prevista,

de comum acôrdo, valendo a representação federal feita pela acordância ou discordância do D.N.E.F. ou da R.F.F.S.A.;

e) a entrega final de todos os serviços executados e de todo acêrvo da ferrovia, em plenas condições de funcionamento, até dezembro de 1973, a qual srá explorada pelo Governo Federal;

2.2 — Ao Governo do Estado caberá, ainda:

a) suprir, com meios próprios ou não, os recursos que se fizerem necessários para a conclusão da obra, caso aqueles já previstos neste convênio, ou em seus aditivos, hajam sido insuficientes;

b) cumprir as ordens inscritas nos mandamentos legais;

c) justificar qualquer fato especial no desenvolvimento e construção da obra ou quanto ao compromisso da implantação.

### CLAUSULA TERCEIRA

#### 3 — Das Obrigações do Governo Federal.

3.1 — Compete ao Governo Federal:

a) fornecer, ao Governo do Paraná, com prioridade, todos os dados relativos a projetos e especificações da obra, com obediência às normas técnicas aprovadas, leis e regulamentos que regem a matéria, a fim de que se cumpra a programação prevista e se obedeça aos cronogramas aprovados para a conclusão da obra em novembro de 1973;

b) entregar ao Governo do Paraná as quantias destinadas a indenizá-lo das despesas com o encargo da construção da ferrovia e constantes dos orçamentos do Estado ou do Órgão de sua administração, nos limites estabelecidos neste Convênio;

c) receber em dezembro de 1973 todo o acêrvo da ferrovia;

d) indenizar, ao Governo do Estado do Paraná, na forma do esquema constante do quadro anexo, das importâncias dispendidas com amortização dos financiamentos contratados para a conclusão da obra, a título de ressarcimento.

3.2 — Nenhuma transferência de recursos federais será efetivada, em cada ano, sem prévia comprovação de aplicação da parcela referente ao ano imediatamente anterior.

### CLAUSULA QUARTA

4.1 — Serão intervenientes no presente convênio, com obrigações e atribuições próprias e específicas, o D.N.E.F. a R.F.F.S./A. e a Comissão de Estrada de Ferro Central do Paraná.

4.2 — Competirá ao D.N.E.F.:

a) provar recursos orçamentários e financeiros para reembolso das importâncias de responsabilidades do Governo Federal, na forma e nos limites estabelecidos;

b) aprovar o planejamento, a programação e acompanhar a execução, visando ao contróle físico e financeiro compatível com a conclusão da obra nos prazos estabelecidos;

c) aprovar quaisquer modificações no projeto em implantação que se justifiquem técnica e economicamente;

d) fornecer os elementos técnicos constantes de normas, instrumentos, regulamentos, composição de preços unitários e outros indispensáveis à satisfatória consecução do empreendimento.

4.3 — Não caberá ao D.N.E.F. nenhuma responsabilidade pelo uso de quaisquer instrumentos de sua elaboração e prática administrativa.

4.4 — Qualquer referência a termos e instrumentos contratuais ou ainda a tabelas, seus elementos prévios de elaboração usuais na prática administrativa do D.N.E.F. só será procedente quando coincidentes as hipóteses enfocadas.

Configurando-se caso não enquadrado na composição de preços unitário, usar-se-á fórmula e ou composição que atendam aos interesses das partes contratantes.

4.5 — Competirá à R.F.F.S/A:

- a) participar, através do D.N.E.F., de todas as fases de execução do projeto, com vistas à sua futura utilização operacional, oferecendo, para esse efeito, os elementos técnicos indispensáveis;
- b) estudar a repercussão, em seu parque de material rodante e de tração, da utilização do trecho quando de sua entrega ao tráfego, visando à adoção de medidas que garantam o atendimento da demanda previsível;
- c) participar de todas as comissões que tenham o objetivo de definir o interesse federal no empreendimento.

4.6 — Competirá à Comissão:

- a) desincumbir-se das atribuições que lhe forem cometidas pelo Governo Estadual;
- b) fazer cumprir as preceituações legais e as recomendações do Governo Federal, constantes dos seus documentos ou emanadas dos seus representantes legais.

CLAUSULA QUINTA

5 — Disposições Gerais

5.1 — O Governo Federal tomará as providências e dará as atenções necessárias ao bom e rápido desenvolvimento da construção referida.

5.2 — Para entrega e recebimento do acervo da ferrovia em questão, será designada Comissão Mista composta de representantes do D.N.E.F. e da R.F.F.S/A., da CEFOP, Secretaria dos Transportes e Secretaria da Fazenda do Paraná, a qual, atestando as condições dos serviços executados, firmará documento de formalização de transferência.

E, por assim estarem certos e ajustados, firmam o Governo Federal e o Governo Estadual do Paraná o presente Convênio, que será informado por todos os preceitos legais e administrativos não expressos e entrará em vigor a partir desta data, revogadas quaisquer outras estipulações.

aa) MARIO DAVID ANDREAZZA — Ministro dos Transportes  
 HAROLDO LEON PERES — Governo do Estado  
 HORACIO MADUREIRA — Diretor do DNEF  
 ANTONIO ADOLFO MANTA — Presidente da RFFS/A  
 ARMANDO ROBERT — Com. Est. Fer. Cen. Paraná

Assinatura ilegível — Testemunha

ANO ENCARGOS FINANCEIROS -- 1.000 Cr\$

ANO	Orçamento	Dívida Pública Externa	Juros da Dívida Pública Ext.	TOTAL
1.971	107.350	32.060	27.075	166.493
1.972	180.926	32.060	30.984	243.970
1.973	19.616	25.566	34.233	79.415
1.974	—	26.002	32.188	58.190
1.975	—	83.468	33.170	111.638
1.976	—	78.467	16.736	87.203
1.977	—	70.467	2.930	73.397
1.978	—	—	—	—
1.979	—	—	—	—
<b>TOTAL</b>	<b>307.900</b>	<b>348.090</b>	<b>172.316</b>	<b>820.306</b>



Operações de Crédito	UNIAO	Estado do Paraná	TOTAL
103.930	19.000	43.563	166.493
103.970	40.000	100.000	243.970
—	60.000	19.415	79.415
—	70.000	11.810	58.190
—	130.000	18.362	111.638
—	105.000	17.797	87.203
—	105.000	31.603	73.397
—	40.000	40.000	—
—	43.406	43.406	—
207.900	612.406	—	820.306

OBSERVAÇÕES — (1) Taxa de Câmbio de US\$CR/\$ à 5,285.

(2) — O 0 aporte correspondente a 17% do valor do orçamento, previsto na forma da cláusula 1.5, só se efetivará mediante comprovada necessidade, aferida em função dos cronogramas físico e financeiro da obra e deverá ser objeto do competente Termo Aditivo a esse Convênio, quando da oportunidade.

#### PROPOSIÇÃO N.º 58/71

#### P A R E C E R

1.) Tem a presente Proposição suas raízes na Mensagem Governamental 20/71, de 30 de julho do corrente ano.

Objetiva referida mensagem dar conhecimento a esta Assembléia, dos termos do Convênio firmado entre o Governo deste Estado e o Governo da União, através do Ministério dos Transportes, em 23 de julho de 1971.

2.) O Convênio em aprêgo objetiva a construção, transferência do acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná, na forma e como se infere das cláusulas do mesmo constantes.

3.) Nestas condições, a esta Casa, na forma que dispõe o art. 22, inciso VII, da Carta Magna local, tão só cabe referendar aquele instrumento, para o que oferecemos o Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Acyr José

Arthur de Souza

Armando Queiroz

Odilon Reinhardt

O SR. MUGGIATI FILHO — Peço a palavra para discutir, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra para discutir, o deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente e srs. deputados.

Não vamos propriamente entrar ou abordar o mérito da mensagem que visa a celebração de um convênio entre o Governo do Estado e o Governo da União, através do Ministério dos Transportes, visando a construção, transferência de acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Para nós, que há meses requeremos a constituição de uma Comissão Especial para analisar o problema da Estrada de Ferro Central do Paraná,

por si só, este convênio não só veio propiciar o encerramento dos trabalhos daquela Comissão, nós estamos com o relatório da Comissão praticamente concluído, como representa as suas atividades de pleno êxito, de que se cercou a constituição desta Comissão Especial!

Portanto, nós só poderíamos receber esta mensagem com as melhores manifestações de aprovação.

Acontece, no entanto, que fomos surpreendidos como membro e Vice-Presidente que somos, da CCJ, com um parecer estampado no projeto que acompanha o avulso da Ordem do Dia, através da qual, o parecer da CCJ, se manifesta em torno da mensagem governamental.

Não está também no fato da CCJ se manifestar em termos de aprovação do projeto, a nossa surpresa, mas, sim a do fato da CCJ ter se reunido sem que tivéssemos conhecimento desta reunião. Tenho informações de meu eminente colega de bancada e membro da CCJ, deputado Sebastião Rodrigues, de que S. Exa. não foi convocado para esta reunião e se encontrava na Casa na segunda-feira. Tenho informações, e não estou autorizado a divulgar os seus nomes, de outros ilustres Deputados da Aliança Renovadora Nacional, que não foram também convocados para esta reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Daí a surpresa com que o Avulso da Ordem do Dia desta data, encontramos o brilhante parecer proferido à Proposição 57-71. Não desejo, em absoluto, criar ou ferir qualquer das assinaturas de meus nobres colegas que subscreveram este parecer, porque acredito que a responsabilidade disso e principalmente da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, cujos membros signatários deste parecer assinaram-no em boa fé.

O sr. Antônio Belinati — Nós vamos interromper a argumentação de V. Exa. para dizer que realmente é de se estranhar que tenhamos aqui que endossar um convênio que já foi firmado pelo atual Governo. Entendemos que deveria primeiramente submeter o pedido à apreciação da Assembléia Legislativa e, posteriormente, depois, então procurar o Sr. Ministro dos Transportes, o que estamos vendo é o referendo de um ato que já foi perpetrado.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. que me honrou com o ilustrado aparte, está já abordando uma preliminar da proposição em si. Eu estou, exclusivamente, nesta Tribuna, para abordar a questão do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, daí não querer abordar neste assunto e registro a opinião de V. Exa. como um valioso subsídio que me reservo para apreciar oportunamente. Como é elementar de nosso Regimento Interno, as proposições encaminhadas a esta Casa devem passar pela Comissão de Constituição e Justiça e esta deve se reunir para apreciar a matéria. Nós, conforme confessamos no início desta breve alocução, à primeira vista, recebemos até com regozijo a Mensagem do Sr. Governador do Estado, porque ela vem justamente atender a um objetivo principalmente nosso nesta Casa, na qualidade de Relator da Comissão encarregada da Estrada de Ferro Central do Paraná, mas entendemos que este Parecer da Comissão de Constituição e Justiça é nulo de pleno direito, não tem validade, porque a reunião foi feita de modo clandestino, sem conhecimento dos seus membros. Nós não tivemos conhecimento desta reunião, na qualidade de membros da Comissão de Constituição e Justiça, nem outros colegas da ARENA tiveram, não estou autorizado a proferir os seus nomes, falo em meu nome e acredito, em nome do Sr. Sebastião Rodrigues, e nós lamentamos profundamente que nesta Casa tenhamos que registrar uma passagem desta natureza.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — O que V. Exa. está revelando à Casa na tarde de hoje é de estarrecer. E nós não podemos acreditar que após a Revolução de março de 1964, quando se procura moralizar a vida pública nacional, que ainda se use expedientes desta natureza. Principalmente quando o Sr. Governador do Estado conta com o apoio da Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa, e que lhe dá tranquilidade, que lhe dá uma maioria substancial para aprovar todas as matérias do interesse da administração pública estadual; principalmente esta

que é uma aspiração da região Norte do Estado, que não há nenhum espírito de oposição para que se conclua esta ferrovia. E, posteriormente a V. Exa. eu também quero discutir a matéria e dar meu ponto de vista sobre este convênio que se firmou entre o Ministério dos Transportes e Governo do Paraná; mas em outro aspecto, não no da utilidade que todos nós reconhecemos, e necessária se torna a conclusão daquela rodovia, a fim de que as obras, sofrendo esta solução de continuidade não se deteriore com sérios prejuízos da economia não só do Estado, como da própria economia nacional, que todos nós sabemos que o Governo da União que é quem irá ressarcir o Estado, das importâncias ali expendidas, para a continuação daquela Rodovia. Mas, a denúncia que V. Exa. traz à Casa, realmente deve ser até encaminhada às autoridades militares da Nação, que têm o dever de zelar pela moralidade dos costumes na vida pública. Não se admite mais que se façam reuniões clandestinas, que impinjam a uma Casa de Leis, pareceres pré-fabricados, quando todos sabemos que toda a Casa, na sua totalidade é favorável à Mensagem do Sr. Governador do Estado. Não havendo necessidade de se usar expediente desta natureza. Felizmente já se passaram os tempos em que os legislativos, na calada da noite, para atender à vontade do Poder Executivo, perpetravam os maiores crimes, às vezes contra a economia popular.

Hoje não, hoje toda a Nação da vida pública brasileira é fiscalizada por um órgão que se chama Serviço Nacional de Informações. Portanto, esta denúncia de V. Exa. deve ser encaminhada àquele órgão, para que ele leve ao conhecimento do Sr. Presidente da República este grave fato que V. Exa. está denunciando na tarde de hoje, desta Tribuna. Lamentamos que isto tenha ocorrido justamente na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e leva desde já nossa repulsa. E V. Exa. leva, desde já, nossos aplausos pela coragem cívica, pelo espírito público, de vir aqui denunciar publicamente um fato que nós consideramos um dos mais graves na vida pública paranaense.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte do nobre deputado Eronidy Silvério e o recebo como uma manifestação de real valia nesta oportunidade, pois realmente nós não estamos na Tribuna por uma questão meramente pessoal, um amor próprio ferido; nada disso. Mas a solenidade de que devem se revestir aos atos desta Casa é que nós estamos procurando preservar.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Estou ouvindo e quero confessar com certa apreensão a denúncia que V. Exa. está formulando. Porque quando V. Exa. assomou a tribuna, eu procurei saber da Secretária da Comissão, se havia ata lavrada, da reunião extraordinária da CCJ, na qual se aprovou o parecer apósto à Proposição 58-71, subscrito pela maioria dos Deputados, membros daquela Comissão Técnica. A informação convence-me. Foi o parecer objeto de discussão, aprovado pela unanimidade dos membros presentes na reunião realizada. Está devidamente subscrito o parecer por seis membros da Comissão, portanto vale a decisão naquela Comissão Técnica. Quanto à argumentação do deputado Antônio Belinati de que o Governador não poderia ter firmado o Convênio sem audiência prévia da Assembléia, o nobre Deputado esquece que pelo disposto no Artigo 22, inciso VII da Constituição Estadual, cabe ao Governador do Estado "ad referendum" da Assembléia Legislativa, firmar convênios desta natureza. Lembro que V. Exa. reclamou desta Tribuna, por várias vezes, a urgência de se reencetar as obras da Estrada de Ferro Central do Paraná. É o que se procura nesta Casa e não se está ferindo o Regimento interno, aqui no Plenário. A proposição está plenamente justificada, anunciada dentro do período regimental, submetida à consideração dos srs. Deputados, tanto que V. Exa. está discutindo a matéria.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sem querer interromper seu aparte, V. Exa. tem em mãos a convocação dos membros da Comissão? Poderia me informar?

O sr. Ivo Tomazoni — Refiro-me à reunião extraordinária.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não há a convocação dos membros para esta reunião?

O sr. Ivo Tomazoni — Quero crer que é válida a convocação, sem que ela conste de edital de convocação.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. sabe quando foi convocada? Sou membro da Comissão de Constituição e Justiça, estou aqui há duas semanas, desde que regressei de Arapongas e não tive conhecimento.

O sr. Ivo Tomazoni — As três horas da tarde de segunda-feira, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, localizado por mim em sua residência, quando retornava de Maringá, foi solicitado, em face do interesse que a administração e o Ministério têm em reencetar as obras, para que convocasse reunião extraordinária para terça-feira. Plena justificado o interstício de vinte e quatro horas, saiu naquele instante e localizou os Deputados, que foram por ele citados para a reunião de ontem.

O SR. MUGGIATI FILHO — Devo esclarecer que a reunião foi ante-ontem. Hoje é dia onze e o parecer é do dia nove. Antes de V. Exa. falar com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a reunião se realizou.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — Concederei em seguida o aparte a V. Exa.

O sr. Ivo Tomazoni — Concluo afirmando que, para mim, é válido o parecer, desde que aprovado pela maioria dos membros da C.C.J. Está aí confirmado o avulso publicado para conhecimento dos Deputados, a matéria em primeira discussão que deve versar sobre a constitucionalidade ou não, teremos mais duas discussões e a Redação Final, com tempo suficiente para que os Deputados considerem a validade ou não da proposição objeto de discussão.

— (Assume a Presidência o sr. deputado Paulo Poli).

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — Concederei o aparte a V. Exa. após conceder ao nobre deputado Sebastião Rodrigues que solicitou anteriormente.

Mas, eu, data vênica, embora sempre ouvisse com admiração as ponderações que costuma fazer nesta Casa o nobre deputado Ivo Tomazoni, não posso aceitar sua argumentação, porque ela é, em última análise, o espezinhamento completo da Lei, das nossas prerrogativas, de tudo que representamos dentro desta Casa.

Concedo aparte ao nobre deputado Sebastião Rodrigues.

O sr. Sebastião Rodrigues — Apenas para que fique consignado em Ata que o nobre Deputado Ivo Tomazoni estabeleceu, em seu aparte de testemunho, uma colaboração à tese que V. Exa. esposou da tribuna.

O nobre Deputado Ivo Tomazoni disse que, às 15 horas de segunda-feira, recebeu pedido para que localizasse o ilustre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para que S. Exa. promovesse uma reunião da Comissão, a fim de apreciar matéria do mais alto interesse do Executivo Estadual.

Disse S. Exa. que a reunião havia sido realizada na terça-feira e que tinha havido o interstício legal. Portanto S. Exa. testemunha a irregularidade da reunião de segunda-feira. Porque, segundo a data constante do parecer, a reunião realizou-se na segunda-feira. E como o nobre Deputado Ivo Tomazoni, essa reunião se realizou às 15 horas da segunda-feira.

Portanto, deputado Muggiati Filho, o deputado Ivo Tomazoni trouxe uma contribuição valiosa à tese de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte de V. Exa. Deputado Sebastião Rodrigues.

Mas, gostaria de lembrar à Casa que a reunião da Assembléia, de segunda-feira, foi rápida. E eu, ao sair do Plenário, demorei-me em frente à Sala da Comissão de Constituição e Justiça, porque já, na semana anterior,

preocupava-me com a realização de uma reunião. Conversei com todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça e ninguém estava avisado para qualquer reunião naquele dia. E eu, só mais tarde daqui sem ter conhecimento de qualquer reunião da CCJ.

E, ontem, quando fui procurado pela secretária da CCJ que me entregou vetos para relatar não soube que tivesse havido qualquer reunião, mas, que haveria hoje.

Concedo aparte ao deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati — Sr. Deputado Muggiati Filho, o Deputado Ivo Tomazoni faz menção ao Artigo 22, inciso 7.º, da nossa Constituição do Estado, para dar validade ao ato do Sr. Governador, que, entre outras coisas, transferiu, inclusive, para o Governo Federal a exploração da Estrada de Ferro Central do Paraná, quando a obra estiver concluída.

Mas, devemos ratificar nossa posição anterior. Em que pese ser da Constituição do Estado, nós, em absoluto, não concordamos com o modo de proceder do Sr. Governador. Porque julgamos, seria uma atitude mais simétrica se o Sr. Governador, primeiro, enviasse a Mensagem à Assembléia para ter, aqui, a posição firmada desta Casa, para, depois, firmar convênio com o Governo Federal, através do Ministério dos Transportes. É da Constituição do Paraná, mas também gostaríamos de lembrar que é de uma Constituição que não votamos, que a Bancada do MDB não votou, conforme todo o Paraná tem conhecimento.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Veja V. Exa. que não houve aqodamento da Mesa na inclusão desta matéria na Ordem do Dia...

O SR. MUGGIATI FILHO — Não estou acusando a Mesa.

O sr. Ivo Tomazoni — ... se esse Parecer estivesse com data do dia 9,

O SR. MUGGIATI FILHO — Não estou acusando a Mesa.

O sr. Ivo Tomazoni — ... se esse Parecer estivesse com data do dia 9, essa matéria, não tenha dúvida V. Exa., já estaria na Ordem do Dia de ontem. O parecer pode estar batido com data de 9 de agosto, se ser aprovado em data de 10. E cabe mais, inúmeras vezes nesta Casa se deu voto de Plenário, e é válido também por lei. É válido também o voto exarado em Plenário e não seria novidade nesta Casa. Quero admitir que o Parecer tenha sido batido com data de 9 e aprovado na reunião da Comissão de Constituição e Justiça no dia 10. Vou conferir a datada reunião da Comissão.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Apenas para esclarecer o Deputado Ivo Tomazoni de que tendo ouvido comentários na tarde de ontem de que haveria uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça, permaneci na Casa e, inclusive, fui à Sala das Comissões e não se realizou ali reunião alguma. Posso garantir que lá, na Sala das Comissões, ontem, após a sessão, não houve reunião.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado a V. Exa. Gostaria de esclarecer ao nobre Deputado Ivo Tomazoni, porque tenho para mim que não adianta tergiversar em torno daquilo que está errado. O que está errado deve ser reconhecido como errado e obter-se, da experiência, alguma coisa valiosa. O Parecer da Comissão de Constituição e Justiça que está no projeto, está com data de 9. Quero esclarecer a V. Exa. que nesse dia, depois da reunião de Plenário, estive com o Deputado Federal Olivir Gabardo, na Sala da C.C.J. esperando para ver se haveria reunião. Porque na semana anterior, procuramos reunir a Comissão, visto a falta de matéria para as sessões extraordinárias da Casa. Inclusive, a douda liderança da ARENA estava reclamando sessões extraordinárias. Então, fiquei, como Vice-Presidente da C.C.J., na ausência do Presidente que não se encontrava na Sala das Comissões, à disposição da Comissão, porque entendia que era meu dever ali me encontrar naquele dia. Além do Deputado Olivir Gabardo, ainda estava lá um elemento da Imprensa, com os quais fiquei conversando demoradamente.

De modo que, nessa data de 9 de agosto de 1971, que aqui se encontra, não houve reunião da C.C.J. E é justamente sobre isso...

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparet? (Assentimento) — Só perguntaria a V. Exa., se é válido que este Deputado requeira do Plenário a ratificação do parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça. Se for regimental, requeiro à Presidência que submeta a Plenário, para a ratificação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Devo acentuar que V. Exa. tem plena liberdade para requerer aquilo que achar direito. Parece-me que os Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça representam o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça representam o pronunciamento da Comissão e não estão sujeitos a referendium do Plenário.

O Plenário vai apreciar a matéria e alguns dos srs. Deputados presentes poderão se louvar no parecer para votar. Estou alegando, desejo que entendam, que o parecer é nulo de pleno direito porque não houve reunião da CCJ.

O sr. Wilson Brandão — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado Muggiati Filho, temos ouvido atentamente V. Exa. A Comissão de Constituição e Justiça, V. Exa. poderá levantar as provas com os documentos que lá estão sobre a autenticidade e a veracidade daquela reunião, foi convocada para reunir-se no dia 6, sexta-feira. Fizemos a reunião segunda-feira, dia 9 do corrente e o Parecer foi aprovado, motivo porque não há mais necessidade para indagações.

Porém, a verdade tem que ser dita. Felizmente ou infelizmente, temos ouvido desta Tribuna que para o bem do Paraná e para o bem do Brasil um dia o MDB terá que vencer as eleições. No entanto, a realidade dos fatos é que a ARENA tem a maioria. A CCJ se compõe de 11 membros, dos quais nove pertencem à Aliança Renovadora Nacional sob a liderança do Governo, sob a orientação do Governo.

O deputado Erondy Silvério, com o pronunciamento de um verdadeiro sacerdote da democracia, fala em Revolução que procura moralizar a vida nacional; fala em denúncia às autoridades; fala em reuniões clandestinas; fala em Serviço Nacional de Informações; e fala em calada da noite. O que temos a dizer é que quando agimos corretamente, quando agimos dentro do direito, não temos medo de coisa alguma.

A CCJ foi convocada sexta-feira e lá está exarada a assinatura da maioria dos srs. Deputados e é um direito da maioria ser soberana; segunda-feira foi feita a reunião e aprovamos o relatório por achá-lo perfeitamente jurídico.

Dessa forma acho que é ridículo se entrar no mérito de uma questão desta natureza. Acho ilibada a conduta dos Deputados que assinaram, porque não assinam em cruz, e sendo maioria é suficiente para justificar a tomada de posição da Comissão de Constituição e Justiça.

Fica aqui então a nossa repulsa e o nosso destemor àqueles que se arvoram em defensores da Revolução, àqueles que falam em Serviço Nacional de Informações e àqueles que falam que fazemos reuniões na calada da noite.

O temor que temos, deputado Muggiati Filho, é praticarmos o erro, a injustiça e de acolhermos a corrupção. Não fizemos reuniões na calada da noite, não temos medo do SNI porque não estamos aqui praticando corrupção; não temos medo da Revolução porque fizemos a Revolução, estamos fazendo a Revolução e iremos dar continuidade a Revolução. Não temos medo de coisa alguma. A reunião foi feita legalmente pela maioria absoluta dos seus membros. Acredito que as minhas palavras são suficientes, para de longe estar ouvindo V. Exa. de nulidades e outras coisas mais. Estamos ouvindo atentamente, eu não queria usar da tribuna, mas já que tocou na nossa Comissão...

Eu só tenho uma falta, este Presidente, só faltou uma vez na Comissão, e lá estão as provas. De maneira, que não vamos aceitar de forma nenhuma denúncias sobre nossa Comissão. Porque hoje mesmo acabei de convidar

V. Exa. para a reunião extraordinária, e assim o faço sempre, mesmo que os Deputados, V. Exa., que é membro também, eu sempre tenho convidado para estas reuniões, mesmo que ordinariamente. E a sessão extraordinária que foi realizada, naturalmente, eu peguei assinaturas, peguei de mão em mão, daqueles Deputados que estavam presentes, porque já eram suficientes.

Confesso a V. Exa. que eram suficientes, para se dar acolhimento ao pedido do Governo, e nós somos soldados do Governo, como V. Exa. não desconhece.

O SR. MUGGIATTI FILHO — Mas V. Exa. há de convir, nobre Deputado, que o Governo não queira espezinhar a lei...

O sr. Wilson Brandão — Certo, mas a maioria decide nesta Casa. Nós temos aqui...

O SR. MUGGIATTI FILHO — V. Exa. está fazendo um discurso paralelo.

O sr. Wilson Brandão — ...nós temos aqui, sr. Deputado, por favor me deixe concluir, suportado muita coisa. Da mesma forma que o Plenário tem na ARENA a sua maioria, da mesma forma, a Comissão também tem a sua maioria, no entanto, ela é soberana.

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar a campainha)

A mesa comunica ao Deputado aparteante, que está com a palavra o sr. deputado Muggiatti Filho.

(Assume a Presidência o sr. Deputado Ivo Thomazoni)

O SR. MUGGIATTI FILHO — Obrigado.

O aparte do nobre Deputado infelizmente, é um discurso paralelo ao meu. V. Exa. poderá vir à tribuna para discursar a respeito do assunto, mas devo replicar. E com toda tranquilidade, com toda certeza, com convicção de que a nossa denúncia desta tribuna está fundada nos fatos corroborados pelo ilustre Presidente da CCJ. S. Exa. convocou reunião extraordinária na sexta-feira para segunda-feira, apreciar a proposição. S. Exa. não tem poderes para prever o futuro, não acredito que alguém aqui dentro tenha.

É humanamente impossível, a não ser através de um milagre, convocar-se uma reunião, dia seis, para apreciar esta proposição, quando ela foi enviada à CCJ no dia nove. Estão aqui, certidões da CCJ em 9-8-71. De que forma poderia esta mensagem ser enviada à CCJ no dia seis? E no dia seis, convocar-se uma sessão para o dia nove.

Vou conceder o aparte ao nobre deputado Erondy Silvério, que havia solicitado.

(Assume a Presidência o sr. Deputado Ivo Thomazoni)

O sr. Erondy Silvério — Agradeço a V. Exa. Eu não podia deixar passar a oportunidade para responder ao nobre Deputado, Presidente da CCJ nesta Casa. Portanto, nós não ameaçamos ninguém, e nem tampouco, nos arrogamos defensores da revolução de 64. A revolução de 64, é um estado de espírito, acima de tudo, espírito daqueles que tem um passado de lutas em favor do engrandecimento do País, e que naquela oportunidade, não concordavam com o estado de coisas que se passavam no Brasil. Foi um movimento que paradoxalmente, partiu das mulheres, que usam saias, mas vergonha na cara, ao qual, incorporou-se todo povo brasileiro. A revolução de 64 não tem dono. Mas o que eu não posso aceitar, é esta carapuça que quer me jogar, o Deputado, Presidente da CCJ. Que convoca uma reunião e esquece de convocar os membros da oposição nesta Casa. O que nós ficamos estarecidos, foi com a denúncia de V. Exa., não entramos no mérito do parecer da CCJ, porque estamos de corpo e alma, de espírito, a favor do mesmo, e a favor do convênio, a favor da construção de estradas e a favor do convênio, a favor da construção de estradas e a favor do Paraná.

O que nós não aceitamos é que se imponha aqui o Direito da Força sobre a Força do Direito. Não aceitamos que soldados do Governo, a pretexto de agradar, venham tripudiar a minoria que tem como único objetivo, trabalhar honestamente dentro desta Casa, em favor da causa paranaense.

Portanto, nesta oportunidade, quero deixar minha resposta ao Deputado Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa que nos consideramos a reunião fraudulenta, que nos nos paracemzamos com a coragem civica de V. Exa., de trazer a esta Casa a denuncia de fatos tão degradantes para o Poder Legislativo, mormente porque o Governo tem necessidade da maioria e os homens da Arena também não se dispõem a burlar o Regimento Interno desta Casa. O convenio poderia ser firmado sem o referendun da Assembleia e ad-referendum. Não havia esta pressa, não havia a necessidade de se praticar o que se praticou. O dinheiro já veio, o Ministro Deilm Neto já communicou ao Governo que os 40 milloes de dolares estão a sua disposição, as obras iniciadas; porque se tripuciar sobre uma Minoria, unicamente para agradar ao Governo, para burlar a força de uma minoria que hoje é eventual, porque hoje já é eventual esta maioria que se acha no Palacio Iguaçu, ou na tribuna da Casa. O Governo conta com uma maioria eventual nesta Casa que logo pode se dissolver, pode se inverter o seu papel nesta Casa, passando a maioria de hoje constituir-se minoria. Portanto, eu quero agradecer a oportunidade que V. Exa. me deu de responder ao nobre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Eu vou ocupar a tribuna, mas não quero ocupar a tribuna quanto ao mérito da mensagem do Governo que considero valiosa, vital, excepcional para a presente realidade paranaense.

O SR. MUGGIATI FILHO — Também agradeço as bondosas palavras de V. Exa. e confesso que ouvi com atenção e devo externar mesmo qualificando-as de muito sugestivas, as conclusões de V. Exa. de vez que se trata de um parlamentar não só illustre, mas de larga experiência e em acréscimo ao que disse V. Exa., nós reiteramos que não só a Minoria deixou de ser convocada; houve membros da Comissão de Constituição e Justiça pertencentes à bancada da maioria, que também não foram convocados e a comissão da irresponsabilidade, da ilegalidade desta reunião, está registrada nos Anais da Casa, feita por S. Exa. o sr. Deputado que a preside, quando diz que convocou no dia seis, uma reunião para apreciar no dia 9 uma proposição enviada à CCJ só no dia 9 e que S. Exa. convocou somente a maioria, porque entendeu que ao atingir o número de seis membros convocados da CCJ bastaria isto para que a reunião tivesse legalidade. Seria o caso de convocar-se uma reunião extraordinária desta Casa, convocando-se apenas a maioria, a maioria absoluta de 24 deputados, quando a Casa é composta, é integrada por 47 legisladores. Parece-me que há desnecessidade de qualquer comentário a propósito disto e como ressaltaram bem os oradores que me honraram com seus apartes, além de não haver uma urgência que de qualquer forma não justificava um parecer exarador nas condições em que o foi este da proposição, nós ainda acrescentaríamos que os prejuizos e isso respondendo parte do aparte do nobre deputado Ivo Tomazoni, os prejuizos advindos ao Paraná, em razão da paralisação desta estrada, já se acham registrados. Nós tivemos oportunidade de estudar esta matéria e foi através de visita à Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná e a órgãos responsáveis pela estrada, no desenvolvimento de nossas atribuições, como membro da Comissão Especial. Vemos nessa obra, uma obra verdadeiramente patriótica; é a opinião que temos sobre a mesma. Mas isso não vai ao ponto de que se quebre dispositivo; não se observe aquilo que determina o regulamento e determina o Regimento Interno para sua aprovação.

Nós queremos deixar registrado este nosso protesto e por determinação desse fato e como conclusão de que entendemos nula de pleno direito a sessão realizada pelo CCJ, é que a matéria deve voltar à CCJ, para que a CCJ se pronuncie sobre ela, mesmo que seja para ratificar o parecer que aí está, com o qual a primeira vista, como disse, no início do meu discurso, estava nos inteiramente de acôrdo. Mas, as prerrogativas que nós entendemos sagradas e que são do Deputado, do Legislador, que pertence à esta Casa, cons-



tuí aquilo que muitos dos Senhores, constantemente, defendem desta tribuna, defendendo a existência válida do Poder Legislativo. Não se pode prescindir, na elaboração de qualquer proposição, daquilo que determina o Regimento Interno, que é a Lei desta Casa.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte

O SR. MUGGIATI FILHO — Com muita honra.

O sr. João Mansur — Nobre Deputado Muggiati Filho, é com satisfação que eu quero me congratular com V. Exa. pelo zelo e pela preocupação que V. Exa. sempre tem demonstrado de atendimento ao Regimento Interno, que disciplina os trabalhos desta Casa Legislativa. E aproveitou esta oportunidade para discordar do nobre Deputado Antonio Benmati, quando diz que o Governador do Estado tem autorização da Assembléia Legislativa do Estado. S. Exa. já tinha esta autorização porque, quando esta Casa votou a lei autorizadora para este empréstimo, estava implícito que, para a complementação e para que a Lei tivesse validade, era necessário que o Convênio a ser suscritto entre o Governo do Estado e o Ministério de Transportes, tivesse a homologação desta Casa. Por esta razão estamos hoje apreciando este Convênio. E só depois de homologado e ratificado o Convênio, pelo Legislativo do Paraná, e que o Governador do Estado pudera dar andamento a conclusão das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná. O sr. Deputado Sebastião Rodrigues estranhou a pressa, a preocupação do Governo. A pressa, a preocupação não são do Governo, mas do povo do Paraná. É uma obra que se arrasta por mais de vinte anos. Quero lembrar ao sr. Deputado que não entro no mérito da discussão, porque não pertence à Comissão de Constituição e Justiça. Mas quero dizer a V. Exa. e a todos os srs. Deputados da Casa, que temos grande responsabilidade na apreciação desta matéria, porque os investidores estão em cima do Governo a exigir que a Assembléia Legislativa aprove esta Mensagem, porque o dinheiro já se encontra à disposição a fim de que o Governador dê a explicação devida. E, como bem disse o sr. Deputado Erondy Silvério, aquelas obras paralisadas estão sendo corroídas pelo tempo, com grandes prejuízos para a economia paranaense. Por isso quero apelar a V. Exa. Jamais houve, de nossa parte, intenção de menosprezar a ilustre bancada do MDB. Sempre procuramos manter um diálogo alto, procurando contar com o apoio de Vs. Exas. que, em última análise, são também representantes de uma parcela do povo paranaense nesta Casa, para que juntos possamos dar ao Governo do Estado as Leis necessárias para que possa promover o desenvolvimento do Estado. Quero fazer um apelo a V. Exa., raspeitando e me congratulando com o zelo que V. Exa. sempre demonstrou no cumprimento exato do Regimento Interno. Vamos ratificar esse Parecer da Comissão de Constituição e Justiça hoje, através do Plenário, que é soberano, para darmos esta semana ainda ao Governo do Estado, condições para concluir as negociações e dar início à estrada que é de vital importância para a economia paranaense.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Apenas para responder ao aparte do nobre Líder do Governo, na parte em que S. Exa. se refere a este Deputado, como tendo estranhado a pressa ou a preocupação com referência à matéria em discussão. Quero dizer que a expressão "estranhar" vai por conta de S. Exa. Ao me referir à pressa do Governo, o fiz repetindo expressão do nobre deputado Ivo Tomazoni, para justificar o interesse governamental na matéria. De fato me expressei falando em pressa, em urgência com que o Governo pretende examinar a matéria, e acho justa a pressa, acho justa a urgência.

Não estranhei a urgência. A expressão "estranhar", corre por conta do nobre Deputado Líder do Governo, sr. João Mansur.

E o que desejava esclarecer, para que as coisas fiquem em seus devidos lugares.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Muggiati Filho, V. Exa. está com toda a razão. A tese defendida por V. Exa. é correta. Tanto mais que nos assistimos, no convívio diário com os srs. Deputados, nesta Casa, uma certa angústia vivida por todos os Deputados que integram este Poder, por sentirem a importância, por sentirem a alta dignidade deste Poder. E V. Exa., com essa defesa, pretende colocar este Poder na posição de respeito e dignidade que deve merecer.

O nobre deputado Sebastião Rodrigues também concorda com V. Exa., e também não nega seu apoio para que o Governo de prosseguimento as obras desta ferrovia.

E eu, nesta oportunidade, quero dar apoio ao requerimento que V. Exa. rearguiu, no sentido de solicitar que a matéria volte à Comissão. E já conhecemos o ponto de vista expresso por V. Exa. no sentido de ratificar o parecer favorável à tramitação da matéria. E eu ponderaria a V. Exa. no sentido de que V. Exa. endossasse o Parecer da Comissão para que não se alegue, amanhã, que nós, a Minoria, estamos obstruindo a tramitação de matéria tão importante como essa.

V. Exa. tem razão na defesa de sua tese. Parabenizo-me com V. Exa. por essa defesa.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lembra o nobre Deputado que faltam três minutos para concluir.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço a V. Exa.

O SR. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, a exemplo do nobre deputado Sebastião Rodrigues, queremos dizer que fica por conta do Líder João Mansur as expressões que nos atribuíram, segundo as quais o Sr. Governador não teria autoridade para assinar este convênio. Acharmos apenas uma medida deselegante o sr. Governador assinar o convênio e depois enviar Mensagem a esta Casa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço os apartes dos eminentes Líderes das Bancadas da Maioria e da Minoria, inclusive dos companheiros de Bancada senhores deputados Sebastião Rodrigues e Antônio Belinati.

Em conclusão, não havia, embora a urgência de que se reveste a matéria, necessidade disso tudo, para que o Governo do Estado assinasse este convênio. Também não acreditamos que S. Exa. o Sr. Governador tivesse endossado um expediente desta natureza. Queremos deixar bem claro isto. Não havia necessidade de expediente desta natureza para obter Parecer favorável da CCJ.

Aí houve, conseqüentemente, uma ofensa frontal ao exercício de nossas atribuições, principalmente aos membros da Comissão de Constituição e Justiça.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — Estou concluindo.

O sr. Paulo Poli — Serêi rápido. Estou falando, neste instante, em meu nome pessoal; gostaria de dizer que concordo com V. Exa. em parte, porque o Regimento Interno, no que tange à Comissão, não foi violentado, mas, por intuição, entendo que para uma reunião dessa natureza, desde que é conhecido na Casa que as reuniões da CCJ se fazem normalmente às 4. as horas, desde que tendo em vista a delicadeza dessa matéria, no meu entender deveria ter sido feito um edital convocando-se todos os Deputados.

As graciosas estudantes e suas dignas mestras, as boas vindas da Assembléia, tomando ciência. Era esta a precaução que eu tomaria, para que, nessa oportunidade, não surgissem problemas como esse. Estou deixando aqui registrado apenas o meu pronunciamento pessoal, do que entendo que deveria ter sido feito para uma reunião extraordinária da CCJ, para apreciar uma matéria de tamanha envergadura.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. é o ilustre Presidente da Comis-

são Especial que tratou dessa matéria, que trata ainda dessa matéria nesta Casa, e sabe bem da sua importância. O registro de V. Exa. é muito oportuno porque, realmente, mesmo quando nós discutíamos aqui a Emenda Constitucional n. 3, as reuniões extraordinárias eram convocadas pelo Presidente, mediante "ciente" dos membros daquela Comissão Especial.

Nós não poderíamos, contudo, fugir às ponderações elevadas das duas Lideranças nesta Casa, sem prejuízo do nosso protesto, sem prejuízo daquilo que ali fica registrado, nos Anais da Casa, como subsídio a quaisquer iniciativas que possam ser tomadas na preservação daquilo que entendemos de mais sagrado, que é o exercício de suas atribuições pelo legislador, na defesa, única e exclusiva, da soberania impostergável deste Poder Legislativo.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consigna com prazer a presença neste recinto de uma delegação de alunas do 4.º ano do Colégio Divina Providência, acompanhadas pelas dedicadas professoras Jacy Matias Ferraz, Sandra Maria Ribas e Ana Marise Rosenstock.

As graciosas estudantes e suas dignas mestras, as boas vindas da Assembléia Legislativa do Estado e dos srs. Deputados pela prazerosa visita.

Continua em discussão o Projeto de Resolução 15,71

• Concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados

Nós não vamos discutir o mérito da mensagem Governamental nem o parecer da Comissão de Constituição e nem a forma inusitada de convocação de uma Comissão permanente nesta Casa, para exarar parecer em tão importante matéria. Mesmo porque a proposta do Deputado Ivo Tomazoni, de que o Plenário desta Casa poderia ratificar o parecer, já nos diz da ilegalidade da reunião da CCJ.

Portanto, não vamos entrar no mérito do parecer, vamos apenas abordar alguns aspectos desse empréstimo que já foi concretizado. Quero, apenas, me ater a uma frase pronunciada pelo deputado Ivo Tomazoni "que a pressa do Governador evidencia o interesse da administração em reencetar as obras da Estrada de Ferro Central do Paraná".

Realmente, é louvável a atitude do Governo em reencetar aquelas obras porque sua paralisação trouxe inegavelmente inestimáveis prejuízos ao erário público estadual e ao da própria União.

Todos sabemos que um atêrro exposto ao tempo, sem a devida conclusão, acaba por deixar de ser um atêrro. Terá que ser refeito o que causará prejuízos à firma empreiteira que, também, já teve sua parcela de ônus com a paralisação da obra, assim como o próprio Paraná. Não somente os Deputados como todo o povo paranaense sabem que o transporte mais barato é o marítimo. Porém, este transporte está, atualmente, sufocado por grandes "trusts" internacionais e perde em comparação de preço com o transporte ferroviário.

Sr. Presidente, é louvável a atitude não somente do Governo do Estado, mas da própria União ao construir, cada vez mais, ferrovias a fim de que o transporte de nossas riquezas não se faça apenas por rodovias, mas sim por ferrovias o que possibilita o barateamento do custo de vida.

Não foi outro o objetivo do Governo anterior ao sancionar lei oriunda deste Poder autorizando o Governo do Estado a contrair empréstimo para continuidade da Estrada de Ferro Central do Paraná, autorizando consequentemente que contraisse um empréstimo no exterior na ordem de 24 milhões de dólares, se não me falha a memória, necessários para a conclusão daquela obra.

Entretanto, o Governo Central, apesar dos louváveis esforços, não conseguiu debelar o surto inflacionário no País. É um pouco mais baixo do que era há cinco ou seis anos atrás, mas a realidade é, sabemos pelos indi-

des fornecidos pelo próprio Governo Federal, que o poder aquisitivo da nossa moeda cai na ordem de 17 a 20% anualmente. O próprio convênio firmado com o Ministério dos Transportes confessa esta realidade.

É evidente que o sr. Paulo Pimentel nunca foi santo milagreiro apesar de sua boa vontade, de sua mocidade, de seu otimismo, de seu grande espírito público e da obra admirável que legou ao povo paranaense. Como nunca foi "santo milagreiro" o ex-Governador teve que solicitar deste Poder Legislativo nova autorização para que contraísse novo empréstimo no exterior necessário à conclusão daquelas obras.

Esta Casa, na oportunidade, atendeu ao sr. Governador e sabemos com que sacrifício os srs. Deputados, na época, votaram favoravelmente àquela Mensagem que havia por trás lá o novo Governador indicado, o Governador Haroldo Leon Peres, trabalhando para que esta Casa não votasse favoravelmente àquela Mensagem do Governador Paulo Pimentel e que o Paraná assim não obtivesse, naquela ocasião, o financiamento almejado para a conclusão daquelas obras.

Vai daí a minha indisposição com o atual Governo do Estado, porque não concordei na qualidade de Líder, em postergar a apreciação daquela matéria porque achava que acima dos interesses políticos de quem quer que seja, porque acima dos interesses políticos e acima dos interesses eleitorais estava o interesse supremo do povo paranaense. Estavam os interesses principalmente da riquíssima região Norte do Estado que necessitava urgentemente daquela ferrovia para o escoamento da sua safra de cereais. Tentei por todos os meios convencer o atual Governador de que eram necessários os 40 milhões de dólares. Que aquele suprimento de numerários necessitava o Governo do Estado para a conclusão daquela ferrovia e que nenhum prejuízo adviria à economia paranaense, porque as obras tão logo fossem entregues, seriam ressarcidas pelo Governo Federal.

Eram os termos do convênio e são os termos do convênio que hoje paradoxalmente, manda a esta Casa, o sr. Haroldo Leon Peres. Porque naquela oportunidade, não me interessava acirrar ânimos, interessava a harmonia da ARENA, interessam que os srs. Deputados legais, por amizade, por admiração ao sr. Haroldo Leon Peres, que não se sintam constrangidos nesta Casa, de votar uma matéria tão importante para a economia paranaense.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eu não quero, absolutamente, contraditar as afirmações de V. Exa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Será fácil, V. Exa. fazê-lo.

O sr. Ivo Tomazoni — ... Certo. Mas quero fazer justiça ao atual Governador do Estado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu não estou fazendo injustiça, nobre Deputado.

O sr. Ivo Tomazoni — Então não está. Concorde.

Lembro a V. Exa., nobre Deputado, que do convênio anterior firmado pelo Ministério dos Transportes com o Governo do Estado do Paraná, havia um prazo fatal, em que o Governo do Paraná deveria entregar aquela obra e que depois de recebidas haveria o Governo Federal de ressarcir o Estado do emprêgo das importâncias naquela obra. E V. Exa. há de convir comigo, o Governador do Estado alcançou o seu objetivo.

Veja V. Exa., na Cláusula 3a...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu li o convênio, nobre Deputado.

O sr. Ivo Tomazoni — Exatamente. O Governo do Estado, conseguiu prorrogar o prazo da conclusão, daquela data, para novembro de 1973. Só com esta modificação contratual, fica o Governo Federal obrigado a ressarcir o Governo do Estado da importância dispendida com as amortizações dos financiamentos contratados para a conclusão da obra, a título de ressarcimento. Nobre Deputado, se não tivesse o atual Governo obtido esta alte-

ração contratual, poderia o Governo do Estado entregue a obra, ou simplesmente não receber a obra depois do prazo fatal fixado no convênio anterior.

Quero crer, que o Governador Haroldo Leon Peres, conseguiu para o Governo, para a economia paranaense, um tanto louvável, extraordinário, uma obra que será concluída no prazo dilatado, que depois de muitas gestões, muitas discussões, foi possível, V. Exa. sabe disso, haveria negativas do Ministério dos Transportes, em conceder a prorrogação, conseguindo o que queria. Para o Governo do Estado e para o Paraná é ótimo. Portanto, a obra sairá, sem que o Governo tenha que tirar dinheiro do seu setor de obras, para aquela ferrovia, porque será ressarcida. Era o aparte.

O SR. ERONDY SILVERIO — Justifico, nobre Deputado, a posição de V. Exa. porque eu já estive nela no Governo anterior; sempre se tem que defender o Governo a que se pertence. E é louvável a atitude de V. Exa., mas o Governo que teria que entregar o Governo anterior, a estrada num prazo x e entregaria se não se obstaculizasse a entrega do dinheiro ao Governador do Estado, depois que o Senado Federal aprovou a concessão do empréstimo de 40 milhões de dólares. Como o dinheiro não veio, era evidente que o Governo não podia concluir a obra dentro do prazo previsto, mas se não se criassem obstáculos da ordem dos que foram criados ao Governo Paulo Pimentel, ele concluiria a obra dentro do estabelecido no primeiro contrato. Mas eu vou chegar aonde V. Exa. quer, um instante, eu vou chegar aonde V. Exa. quer saber. O argumento usado pelo atual Governador contra a concessão daquele empréstimo, usado para mim pessoalmente, foi de que a obra tinha sido contratada por 24 milhões de dólares.

O sr. Ivo Tomazoni — Um dos argumentos.

O SR. ERONDY SILVERIO — O principal é que haviam sido consumidos aqueles 24 milhões de dólares e a obra não estava concluída e que agora se pretendia mais 40 milhões de dólares, uma sangria profunda na economia paranaense e que ele não acredita também na conclusão das obras. Veja V. Exa. como o Governo está usando exatamente as mesmas armas do Governo anterior, com um agravante. Porque o Governo anterior pediu apenas 40 milhões para a conclusão das obras, este pediu 40 milhões obrigando-se a dar mais 100 milhões de cruzeiros, que são mais 18 milhões de dólares, obrigando-se a dar mais 100 milhões de cruzeiros de dotação orçamentária que corresponde a mais 18 milhões de dólares, portanto, já são mais 50 milhões de dólares e ainda diz o seguinte: a realização do empreendimento devia comportar-se obrigatoriamente dentro da previsão financeira constante da tabela anexa, aceitando-se entretanto uma avaliação máxima de 17% sobre o orçamento fixado. Então, é o próprio Governo que está confessando que existe ainda inflação neste País. Os mesmos 17% que já se prevê como reforço para conclusão das obras, além destes, 58 milhões de dólares. Foi exatamente o que pediu Paulo Pimentel. Contratou a obra 24 milhões de cruzeiros, com 17%, são mais 16 milhões e 800. Portanto, pediu exatamente os 40 milhões de dólares sem ainda o agravante de onerar o Estado com 100 milhões de cruzeiros, mais 18 milhões de dólares na sua receita orçamentária. Eu não estou contra o Governo. Quero que V. Exa. saiba disso. Eu vou votar favoravelmente e até louvo a atitude do nobre Deputado Muggiati Filho e do nobre deputado Nivaldo Krüger, lider do MDB nesta Casa em aceitando e ratificando o parecer, porque, acima dos nossos interesses pessoais, acima das nossas idiossincrasias, temos que colocar os supremos interesses do povo paranaense. O povo paranaense almeja, aspira, e espera há muitos anos a conclusão desta obra e não é com retardamentos, com mais uma ou duas sessões, por causa de formalidades regimentais que nós estaremos ajudando o Paraná. Portanto, eu estou favorável, apenas eu quero dizer que quando Paulo Pimentel pediu

mais 40 milhões de dólares não ia levar para casa os 40 milhões de dólares, era para aplicar ali entre Apucarana e Ponta Grossa, na Estrada de Ferro Central do Paraná.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. é inteligente o suficiente para quase me embarçar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não sou.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. observe uma coisa: Fêz afirmações que eu contraditei e voltou a reiterá-las, de que o Governo atual, o sr. Haroldo Leon Peres, obstaculizou a concessão do empréstimo de 40 milhões de dólares, porque, segundo V. Exa. a argumentação de que este dinheiro era supérfluo, ou não era necessário. Não foi isso nobre Deputado, o prazo de entrega da obra foi o motivo único e principal. E veja uma coisa, V. Exa. sabe, a data fatal para entrega da obra, quando espirou a data do convênio anterior, não havia ainda sido escolhido o futuro Governador do Estado e ele se preocupou com a dilatação do prazo de entrega, para que o Governo do Estado pudesse se ressarcir da importância aplicada e dos empréstimos ao Governo Federal para pagá-lo, veja V. Exa. que nós estamos dialogando...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. leia o convênio anterior que V. Exa. vai encontrar a mesma cláusula.

O sr. Ivo Tomazoni — Mas dialogando nós nos entenderemos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — É claro.

O sr. Ivo Tomazoni — Foi este o motivo principal.

Principalmente as cláusulas de registro da tabela. É a mesma, é idêntica até no percentual.

O sr. Ivo Tomazoni — Exatamente. Eu quero chegar exatamente aí, nobre Deputado. Houve o cuidado do Governador Haroldo Leon Peres, no sentido de atribuir ao Governo da União, a responsabilidade do recebimento da obra e em recebendo, a ressarcir o Estado das importâncias ali aplicadas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas o que evidenciou-se, nobre Deputado, srs. Deputados e povo do Paraná, é isto que me interessa, porque eu defendi ardorosamente a aprovação da Mensagem do Sr. Paulo Pimentel, que solicitava autorização para contrair empréstimos de mais 40 milhões de dólares para a conclusão daquela obra; defendi este caso, naquela oportunidade, ardorosamente, nesta Casa, compreendendo e colocando, acima de tudo, os altos interesses do povo paranaense e aprovou-se a referida Mensagem. Então, o que me deixa hoje satisfeito e regamente compensado, é que eu vejo que o dinheiro não ia ser levado para a casa de ninguém.

O Sr. Ivo Tomazoni — Nunca disse isso.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. sabe que nas entrelinhas foi dito: E sim, ia ser aplicado na obra em que o atual Governo vem pedir os mesmos 40 milhões de dólares: mais 18 milhões de dólares de previsão orçamentária, que são aproximadamente 100 milhões e ainda prevê um reajuste de mais 17%; 16 milhes de dólares, no prazo de 18 meses.

Portanto, o Governador Paulo Pimentel estava certo quando encaminhou a esta Casa uma Mensagem pedindo um reforço no financiamento daquela obra. É a isto exatamente que eu quero me referir nesta Casa e dizer ao nobre Deputado Líder do Governo nesta Casa, que eu voto prazeirosamente pelo Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Embora eu ache que ele foi intempestivo, extemporâneo, porque Governo que já demonstrou até agora, que é honesto, como o atual Governo do Paraná, e que tem boas intenções para com o povo do Paraná, que tem dado enormes contribuições para o povo, que tem uma maioria sólida nesta Casa; que tem um programa de infraestrutura, não precisa usar de expediente da natureza como foi usado por esta Casa, pela Comissão de Constituição e Justiça. Con-

vogue extraordinariamente através de edital ou através de convocação pessoal, consciente, com o visto do Deputado componente, discuta a matéria de portas abertas, porque interessa ao povo. O sr. Haroldo Leon Peres pode vir pedir mais 100 milhões que eu votarei favoravelmente, porque o Governo do Estado não tem máquina de fazer dinheiro. O Governador não tem o poder de emissão; o Governador é mais uma vítima da conjuntura tem o poder de emissão: o Governo do Estado vive hoje exclusivamente do ICM e da participação do Estado na receita federal, para as obras de infraestrutura. Precisa de se valer de recursos externos. Recursos que serão pagos pelo povo, pela gente paranaense, com o fruto do seu trabalho honesto do seu trabalho extraordinário pela grandeza desse Estado. Governo nenhum que comanda este povo precisa ter medo de dívidas. O sr. Haroldo Leon Peres vai contrair mais dívidas; e o Governo que suceder pagará as dívidas e o Paraná continuará crescendo. Portanto, quantos pedidos de empréstimos externos venham a esta Casa, votarei favoravelmente com exceção de um que li estes dias na imprensa, que o sr. Secretário de Viação e Obras Públicas pretende obter recursos externos para a conclusão do Teatro Guárá; isto não é obra de infra-estrutura. Isto terá que ser feito com as sobras orçamentárias. Nunca é sabido: o Estado se valeu de recursos ou de investimentos estrangeiros para o supérfluo. Nisto eu votarei contra, se o Governo cometer a temeridade de mandar para cá uma mensagem desta natureza. Porque isto é supérfluo. Mas, toda Mensagem pedindo empréstimos, que vierem a esta Casa, para obras de infraestrutura, naturalmente em fortalecimento da economia paranaense, encontrarão o meu apoio, o apoio deste Deputado que foi eleito pelo povo, que é pago pelo povo, para trabalhar pelo povo. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. Deputado Alvaro Dias constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Governador do Estado e ao sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, no sentido de que acolham o dispositivo constitucional que prevê a assistência hospitalar gratuita aos servidores do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que se estude a possibilidade de regularizar a situação de grande número de serventes que ora se encontram prestando seus serviços nessa Secretaria há mais de 5 anos. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos srs. Deputados João Mansur, Antônio Lopes Júnior e Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo aniversário do Município de Prudentópolis, que transcorrerá amanhã, dia 12. — Aprovado.

São designados os srs. Deputados João Mansur, Antônio Lopes Júnior, Marciano Baraniuk e Nivaldo Krüger, para representarem a Assembleia nos festejos do aniversário do município de Prudentópolis.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Muggiotti Filho, constante do Expediente, solicitando ao sr. Secretário de Saúde Pública o envio de vacinas Sabin à Unidade Sanitária de Arapongas. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente declara encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 192-70;
  - 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 31-71 e de Resolução n. 15-71;
  - 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 22-70.
- Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
7.a Legislatura — 1.a Sessão Legislativa

ATA DA 19.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do senhor deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Wilson Brandão apresentou Redação Final aos seguintes projetos: PROJETO DE LEI N. 249-70 — de autoria do senhor deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública a Associação Evangélica Beneficente de Guarapuava. PROJETO DE LEI N. 165-70 — de autoria do senhor deputado Túlio Vargas, que denomina São Jorge do Ivaí, o atual município de São Jorge. PROJETO DE LEI N. 89-71 — de autoria do senhor deputado Paulo Poli, que acresce ao artigo n. 131, da Lei n. 5.871, de 6 de novembro de 1968, o parágrafo que especifica. PROJETO DE LEI N. 33-71 — de autoria dos senhores deputados Paulo Poli e Wilson Fortes, que doa ao Hospital Psiquiátrico "Candido Bethier Fortes", de Paranavai, um Rural Wilys, como especifica. PROJETO DE LEI N. 21-71 — de autoria do senhor deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Mulheres Médicas — Seção do Paraná, como sede e fóro nesta Capital. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira

Presidente

Lélio Guimarães Sotto\_Maior

Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 165-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Passa a denominar-se São Jorge do Ivaí o atual município de São Jorge.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-08-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

A. Maciel Filho.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 21-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a Associação Brasileira de Mulheres Médicas — Seção do Paraná, com sede e fóro na comarca de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-08-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

A. Maciel Filho



**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 249-70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Evangélica Benéfica de Guarapuava — Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-8-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

A. Maciel Filho

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 33-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Hospital Psiquiátrico "Cândido Berthier Fortes", de Paranavai, a camioneta Rural Willys — ano de fabricação 1.966 motor n. B.6-267.643, chassi n. 6-8222\_04927, de 6 cilindros, 90 HP, cor verde, placa n. 28-07, de propriedade do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-08-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Wilson Fortes — Relator

A. Maciel Filho

**REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 89-71**

**DECRETA:**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — O art. 131, da Lei n. 5.871, de 6 de novembro de 1968, fica acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo único — Fica assegurado ao ocupante do cargo de professor direito de optar, na aposentadoria, pelos vencimentos de cargo em comissão que tenha exercido por mais de um (1) ano ininterruptamente, ou por mais de três (3) com interrupções.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-08-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

A. Maciel Filho